



Resenha do capítulo intitulado “Pobreza e desigualdade no contexto de pandemia e crise econômica: o jogo político para reformulação do programa bolsa família”¹

Review about the chapter entitled “Poverty and inequality in the context of a pandemic and economic crisis: the political game for reformulation of the bolsa família program”


Aginaldo Caetano da Silva Junior²


 <https://orcid.org/0000-0001-9620-6828>

 <http://lattes.cnpq.br/2847453664099274>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil
E-mail: ajrsk11@gmail.com


Eduardo Caetano Siqueira Torres³

 <https://orcid.org/0000-0002-6729-0386>

 <http://lattes.cnpq.br/0735247554012106>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil
E-mail: edu30451971@gmail.com


Leonardo Neri de Freitas⁴

 <https://orcid.org/0000-0003-4568-8622>

 <http://lattes.cnpq.br/0580520734526993>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil
E-mail: leoneri2001@gmail.com

Lucas Pereira Grassano Soares⁵

 <https://orcid.org/0000-0003-0423-2979>

 <http://lattes.cnpq.br/3610406646089690>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil
E-mail: lucaspereira2000@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do capítulo intitulado “Pobreza e desigualdade no contexto de pandemia e crise econômica: o jogo político para reformulação do programa bolsa família”. Este capítulo é de autoria de: Beatriz Ribeiro Storino; Gylcilene Ribeiro Storino. O capítulo aqui resenhado foi publicado no livro “Políticas Públicas e Desenvolvimento Social: Estudos em Homenagem ao Professor Jaci Fernandes de Araújo e Gustavo Javier Castro Silva”, no ano de 2021.

Palavras-chave: *Bolsa Família. Desigualdade. Justiça Social. Pobreza. Política Pública.*

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Daniilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada por *Michelle Veridiane Segantini da Silva*.

² Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

³ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

⁴ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

⁵ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Abstract

This is a review about the chapter entitled “Poverty and inequality in the context of a pandemic and economic crisis: the political game for reformulation of the Bolsa Família Program” It was written by Beatriz Ribeiro Storino and Gylcilene Ribeiro Storino. The chapter was published at the book “Políticas Públicas e Desenvolvimento Social: Estudos em Homenagem ao Professor Jaci Fernandes de Araújo e Gustavo Javier Castro Silva”, in the year of 2021.

Keywords: *Bolsa Família Program. Inequality. Social Justice. Poverty. Public Policy.*

Resenha

Esta é uma resenha do capítulo intitulado “Pobreza e desigualdade no contexto de pandemia e crise econômica: o jogo político para reformulação do programa bolsa família”. Este artigo é de autoria de: Beatriz Ribeiro Storino; Gylcilene Ribeiro Storino. O artigo aqui resenhado foi publicado no livro “Políticas Públicas e Desenvolvimento Social: Estudos em Homenagem ao Professor Jaci Fernandes de Araújo e Gustavo Javier Castro Silva”, no ano de 2021.

Quanto às autoras deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada uma delas. Muito do que compõe a formação ou a experiência de uma autora contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever.

A primeira autora deste artigo é Beatriz Ribeiro Storino. É mestranda em Direito; pós-graduada em direito civil constitucional; e graduada em direito. Atualmente atua no Tribunal Regional do Trabalho. Currículo Orcid: <<https://orcid.org/0000-0003-1402-8082>> e lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8726506685914962>>.

A segunda autora é Gylcilene Ribeiro Storino. É doutora em relações internacionais e ciência política; graduada em estatística; mestre em administração. Atua como coordenadora de planejamento institucional. Currículo Orcid: <<https://orcid.org/0000-0003-0408-3408>> e lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8423538586535997>>.

Este capítulo é dividido nos seguintes subtítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, *resumen*, *palabras clave*, introdução, pobreza e desigualdade no contexto de pandemia e crise econômica: o jogo político para reformulação do Programa Bolsa Família, quadro 1 – principais atos legais que orientam o bolsa família, quadro 2 – modelo analítico da política pública sob o aspecto legal, quadro 3 – principais atos legais sobre o auxílio emergencial, considerações finais, referências.

O capítulo resenhado apresenta as estratégias e ideias principais dos agentes do subsistema político que integram o tema da desigualdade e da pobreza no Brasil, levando em consideração a necessidade de reformular o Programa Bolsa Família para que atenda à população em estado de vulnerabilidade econômica e social, especialmente após o Covid-19. O aparato jurídico que norteou essa política pública teve como maior objetivo focar na população alvo, nas ferramentas institucionais e em como o auxílio emergencial foi estabelecido para a população carente. As questões controversas são destacadas, como o problema orçamentário. Para as autoras, essas reflexões visam contribuir para que as mudanças do programa se tornem sustentáveis.

O tema deste capítulo é “Pobreza e desigualdade no contexto de pandemia e crise econômica: o jogo político para reformulação do programa bolsa família”. O problema foi a dificuldade orçamentária e o interesse dos membros que queriam

substituir o Programa Bolsa Família. O capítulo partiu da hipótese de que essa reformulação do Programa visa atender toda a população brasileira em estado de vulnerabilidade econômica e social.

Neste trabalho, o objetivo geral foi apresentar as principais estratégias e ideias dos atores que compõem o subsistema político acerca da desigualdade e da pobreza no Brasil. Os objetivos específicos foram descrever o aparato jurídico que manuseia o Programa Bolsa Família e entender seus objetivos, seu público alvo e suas ferramentas.

A pesquisa justifica-se para a ciência, para os operadores do Direito e para a sociedade devido a importância de cada um compreender como o governo se posicionou frente à pandemia do Covid-19, em especial quanto aos auxílios ofertados para erradicar a pobreza, a fome e a desigualdade social que se alastrou neste período.

A metodologia utilizada foi a análise dos dados estatísticos referente a desigualdade e a pobreza no pós-pandemia, dos principais atos que orientaram o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004) e o Auxílio Emergencial (BRASIL, 2021), além da análise do modelo analítico das políticas públicas sob o aspecto legal.

A primeira parte do capítulo demonstra que a pobreza consiste em um problema social envolvendo os Estados de todo o mundo. Para prevenir, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabeleceu no artigo 3º, inciso III, que um dos objetivos fundamentais é erradicar a pobreza. O texto sobleva que a pandemia, o isolamento social e a interrupção das atividades econômicas provocaram crises de natureza política, econômica e social. O trabalho apontou o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004), também denominado de PBF, como uma política pública voltada para combater a pobreza. No contexto pandêmico, o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004), entrou na agenda para ser discutida a sua reformulação.

Para as autoras, a criação do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004) foi influenciada por iniciativas já existentes na burocracia estatal, como o Bolsa Escola (BRASIL, 2002), o Bolsa Alimentação (BRASIL, 2001), entre outros. Em 2001, os formulários que seriam utilizados pelos órgãos públicos com o intuito da transferência de renda já eram estabelecidos. Para mais, as autoras informam que o PBF (BRASIL, 2004) é fruto de diversos debates voltados para combater a desigualdade e a pobreza.

A obra menciona os principais atos legais que serviram para orientar o atual PBF (BRASIL, 2004). Ademais, constata-se que o Executivo teve muita importância na implementação das mudanças ocorridas na Política Pública. O capítulo dispõe que o aparato jurídico voltado para estruturar essas políticas deve ser visto como uma correia de transmissão, que interliga as normas abstratas e gerais, aos resultados efetivos e concretos.

Prosseguindo, ao analisar o quadro 2 do capítulo, as autoras demonstram que o PBF (BRASIL, 2004) agregou políticas em um único programa, nascendo com uma visão emancipatória da população beneficiária, promovendo autonomia aos indivíduos. Na dimensão instrumental, foram estabelecidos mecanismos para controlar e monitorar essa política pública, como o Cadastro Único (BRASIL, 2007), sendo alimentado de informações e prevendo famílias a serem amparadas. As condicionalidades trabalham como um mecanismo de alerta e uma indução comportamental, não tendo como foco a punição. Já o Índice de Gestão Descentralizada tem como objetivo medir a forma como os municípios se desempenham na gestão do PBF (BRASIL, 2004) e do CadÚnico (BRASIL, 2007). Ademais, ficou decidido que deveriam ser manejadas normas de hierarquia inferior.

As autoras pontuam que tudo estava ocorrendo como o planejado, todavia, em 2020, quando a Organização Mundial da Saúde declarou o Covid-19 como uma emergência de saúde pública, os atores políticos foram obrigados a repensar as estratégias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004). As autoras explicam de forma clara que os benefícios foram suspensos por 120 dias, mas que atendendo a pedidos dos governadores, o Ministro Marco Aurélio Mello emitiu uma decisão liminar proibindo cortes no Programa Bolsa Família (BRASIL, 2018). Após dois meses, em abril, foi desenvolvido o auxílio emergencial (BRASIL, 2021).

O auxílio emergencial (BRASIL, 2021) veio para funcionar como um seguro para o trabalhador, tendo em vista que diversas atividades laborais foram suspensas. As informações do CadÚnico (BRASIL, 2007) foram dispostas na plataforma digital juntamente com algumas prestadas pelos próprios beneficiários. Todavia, o capítulo sobreleva que foram feitos questionamentos acerca da eficácia deste programa para as pessoas que realmente estavam em situação vulnerável. Após pesquisa nos dados do Tribunal Superior Eleitoral e no Ministério da Cidadania, as autoras concluíram que a flexibilização do auxílio acima citado proporcionou fraudes, além de ter onerado os cofres públicos. Para mais, elas apresentaram que um grupo de pesquisadores analisou a possibilidade de unificar o auxílio emergencial (BRASIL, 2021) com o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004), denominando-o como Programa de Responsabilidade Social. Logo após, o texto aduz que o governo passou a identificar o programa como Renda Cidadã (BRASIL, 2021). Para as autoras, essa política pública tem aspectos de natureza moral.

No capítulo das considerações finais, as autoras definiram que a erradicação da desigualdade e da pobreza devem ser consideradas um valor partilhado visando garantir os direitos humanos fundamentais e a justiça social. Para elas, 2021 iniciou com a segunda onda do Covid-19, mas trouxe a vacinação, mesmo que em proporções modestas. Quanto à política, as autoras concluíram que o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004) estaria sendo contemplado juntamente com o Auxílio Emergencial (BRASIL, 2021). Para mais, concluíram que o novo programa, embora não tenha sido anunciado formalmente, deverá unir iniciativas existentes e incentivar a capacitação profissional dos beneficiários.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 3.934**, de 20 de setembro de 2001. Aprova o Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: “Bolsa-Alimentação” e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3934htm.htm>. Acesso em: 10 out, 2022.

BRASIL. **Decreto n. 4.313**, de 24 de julho de 2002. Regulamenta o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4313.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras

providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 6.135**, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 10.661**, de 26 de março de 2021. Regulamenta a Medida Provisória n. 1.039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: <D1 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10661.htm0661 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Decreto n.10.854**, de 10 de novembro de 2021. Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto n° 9.580, de 22 de novembro de 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10854.htm> Acesso em: 10 out. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, J. C.; COSTA, D. da; FERNANDES, R. da R.; COSTA, D. A. da. Análise bibliométrica de pesquisas voltadas aos efeitos da tecnologia educacional na ansiedade e estresse dos professores durante a pandemia da covid-19. **Cadernos do FNDE**, v. 3, n. 5, p. 01–14, 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

STORINO, Beatriz Ribeiro; STORINO, Gylcilene Ribeiro. Pobreza e desigualdade no contexto de pandemia e crise econômica: o jogo político para reformulação do Programa Bolsa Família. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Social: Estudos**

em Homenagem ao Professor Jaci Fernandes de Araújo e Gustavo Javier Castro Silva. Brasília: Processus, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.processus.com.br/index.php/plaep/article/view/569>>. Acesso em: 10 out. 2022.